

Medida Provisória 908 de 2019

Institui o Auxílio Emergencial Pecuniário para os pescadores profissionais artesanais inscritos e ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira, domiciliados nos Municípios afetados pelas manchas de óleo.

EMENDA Nº _____
(Do. Sr. Túlio Gadêlha)

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Art. 1º da MPV 908/2019 a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Auxílio Emergencial Pecuniário para os pescadores e marisqueiros profissionais artesanais inscritos e ativos no Registro Geral da Atividade Pesqueira, para os cadastrados nas Secretarias setoriais de atividade pesqueira dos Estados para os cadastrados nas Reservas Extrativistas, para os cadastrados no CRAS e cadastros sociais já em uso, nos com atuação em área marinha ou em área estuarina, domiciliados nos Municípios e extensões litorâneas dos Estados Afetados pelas manchas de óleo.

§ 1º Para fins do disposto no caput, os Municípios afetados constam de relação disponível no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

.....

Art. 2º

JUSTIFICATIVA

O Objetivo dessa emenda é ampliar o Auxílio Emergencial para as marisqueiras; para os cadastrados nas Secretarias setoriais de atividade pesqueira dos Estados e para os cadastrados nas Reservas Extrativistas; para os domiciliados nas extensões litorâneas dos Estados e retirar a restrição de data para o reconhecimento se o Município foi afetado pelas manchas de óleo.

Noticiário sobre o Assunto: Fonte Portal G1.



*"A poucos dias de completar três meses do surgimento das primeiras manchas de óleo no litoral do país, o número de localidades atingidas já soma **mais de 800 pontos** em todos os nove estados do Nordeste, além do Espírito Santo e Rio de Janeiro. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), até esta quinta-feira (28) foram computados 803 pontos com registros da poluição. Para Pedro Bignelli, coordenador-geral do Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais (Cenima), ligado ao Ibama, a origem deste que já é considerado o maior desastre ambiental do litoral brasileiro ainda está longe de ser esclarecida."*

Como fica de fácil percepção, é de entendimento que o problema das manchas de óleo ainda continua sendo um mistério, e não há informação científica que garanta que nenhum outro local será atingido, e consequentemente sofrerá as restrições na atividade pesqueira.

A Medida provisória peca em determinar que só os municípios atingidos até a data da Publicação da MP poderão ser catalogados para o programa do benefício aos seus pescadores.

A Emenda, assim, trabalha em favor de diminuir as restrições ao período de constatação do atingimento dos municípios pelas manchas de óleo, aumentar os cadastros reconhecidos de pescadores e marisqueiras, incluir as marisqueiras e as extensões litorâneas dos estados possivelmente afetados, isso tudo com o objetivo de não discriminar os problemas futuros de municípios ainda não atingidos e os profissionais não cadastrados por em muitos casos responsabilidade dos cadastros públicos .

Acreditamos que a emenda, além de apresentar o aprimoramento da proposição, permite o tratamento igualitário pescadores dos municípios passíveis de serem atingidos.

Ademais, a proposta atende ao princípio da razoabilidade, estabelecendo critérios mais razoáveis para a concessão do benefício.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Dep Túlio Gadêlha
PDT/PE